

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1461/XII/4.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO A SUSPENSÃO IMEDIATA DOS PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE CAULINOS EM SOURE E POMBAL

A empresa Corbário - Minerais Industriais, SA. pediu ao Governo autorização para a exploração de caulino nos concelhos de Soure e Pombal, numa área de 400 hectares junto à zona de Bonitos. 60% da área em causa situa-se em Reserva Ecológica Nacional (REN). A área de extração fica a poucos metros de várias povoações, colocando assim a qualidade de vida e a saúde pública das mesmas em causa. Na proximidade situam-se ainda dois rios, o rio Anços e o rio Arunca.

A extração de caulino tem elevados níveis de poluição, com contaminação atmosférica e das águas, afetando ainda a atividade agrícola e florestal situada na envolvente. É ainda um risco para a saúde pública. Por estes motivos, as explorações de caulino junto a povoações tem sido justamente contestada pelas populações.

As populações de Bonitos e zona envolvente (concelho de Soure, freguesia de Soure e Redinha) contestam a exploração de caulino prevista para essa área pelo Aviso 15786/2013 publicado em Diário da República. Para tal constituíram-se em comissão de luta contra a exploração de caulino de Bonitos-Soure. Em sequência apresentam a petição n.º 429/XII/4<sup>a</sup> “Sem caulino vivemos, sem qualidade de vida, não” que reuniu 4641 assinaturas.

Em março de 2014, o Bloco de Esquerda questionou por escrito o Governo sobre a exploração de caulinos nos concelhos de Soure e Pombal, colocando preocupação

nomeadamente com a compatibilidade da exploração com a REN e a ausência de estudos de impacte ambiental.

A Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia de Soure pronunciaram-se, por unanimidade, contra esta exploração.

O Bloco de Esquerda tem tido um trajeto de apoio às lutas populares contra os efeitos nefastos da exploração de caulino. Em 2010, viu aprovado na Assembleia da República o seu projeto de resolução n.º 288/XI que “recomenda ao Governo a imediata suspensão da concessão da exploração de Caulino em Vila Seca (Barcelos) e posterior revogação em caso de comprovada desconformidade com a Lei”. Fê-lo na sequência da Petição n.º 583/X/4.<sup>a</sup> que reuniu 4.667 assinaturas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Suspenda imediatamente os procedimentos para a concessão da exploração de caulino em Soure e Pombal.

Assembleia da República, 8 de maio de 2015.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,